

Eurides vai “suplicar” verbas para a Educação

Marcello Xavier

Da equipe do *Correio*

A secretaria de Educação, Eurides Brito, está de pires na mão. Ela se reuniu com diretores pedagógicos e administrativos da Secretaria e da Fundação Educacional para estudar o orçamento de 1999, na quinta-feira passada. A professora não gostou do que descobriu. “Ficamos extremamente surpreendidos e preocupados. Estamos com um orçamento engessado.”

Eurides Brito afirma que quase todas as obras previstas para este ano, seja reforma, construção ou ampliação de escolas, têm fontes de recursos atreladas à venda de ações. Ou seja, a Secretaria só terá dinheiro dessas fontes se o governo vender ações de alguma de suas empresas estatais. “O governo do PT tinha planos de vender estatais? Qual a empresa do governo que está à venda?”, questiona.

A secretaria pretende procurar o Ministério da Educação e garantir mais recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). “Só me resta suplicar junto ao ministério um pouco mais de recursos para esse mar de necessidades.”

O ex-secretário de Educação Antônio Ibañez diz que não tem conhecimento do orçamento de 1999. “O orçamento foi elaborado pela Secretaria de Fazenda. Não sei quais são as fontes de recursos”, afirma. Segundo ele, “o orçamento foi muito alterado para aprovação na Câmara Legislativa. E recebeu várias emendas para atender ao que o governo atual queria.”

Antônio Ibañez acredita que se há algum culpado pelo engessamento do orçamento são os deputados que o aprovaram na Câmara Legislativa. “Se está engessado é culpa da Câmara Distrital. Não tenho qualquer culpa nisso”, defende-se. O ex-secretário lembra que, há cerca de dois anos, o governo Cristovam pôs à venda algumas ações da Companhia Energética de Brasília (CEB).

ZONA RURAL

Na sexta-feira da semana passada, Eurides Brito fez uma ronda por várias escolas do Distrito Federal e detectou alguns problemas. A secretaria tem alguns nós para desatar. Entre os quais, a falta de pagamento do transporte escolar na zona rural do Distrito Federal, custeado pelo governo.

Segundo Eurides Brito, o governo deixou de pagar a essas pessoas desde julho de 1998. As empresas que fazem o transporte escolar já ameaçam suspender o serviço no início do próximo ano letivo, caso a Secretaria não quite os débitos. “Vamos levantar o valor do débito e estudar meios de pagar e não mais atrasar”, garante a secretária.

No Recanto das Emas, o número de salas de aula não é suficiente para atender à demanda. Os moradores das quadras 800 são os mais prejudicados, segundo constatou ela. “O maior volume de construções será nesse setor”, diz Eurides Brito. A secretaria pretende construir escolas provisórias, que estarão prontas em até 40 dias.

DEMOLIÇÃO

Já está definido o futuro da Escola Classe 7 de Brazlândia, interditada no ano passado: a demolição. O Departamento de Engenharia não vê outra solução.

Para que os alunos não fiquem na mão, há duas saídas: o aluguel de espaços ociosos ou a compra de vagas em escolas particulares.

Eurides Brito se reúne, hoje à tarde, com todos os diretores das regionais de ensino, que apresentarão o mapa de matrículas. O objetivo é detectar quais escolas apontam para um excesso de matrículas — onde a capacidade instalada não atende à demanda. Os dados servirão como norte para a secretaria iniciar as construções emergenciais das escolas provisórias.